

# A APRENDIZAGEM DE EDUCADOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO<sup>1</sup>

Keila Prates Rolão<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por finalidade refletir sobre o acesso da aprendizagem de educado com necessidades educacionais especiais inseridos no regime regular de ensino e identifica as principais práticas pedagógicas na inclusão escolar, analisando a problemática no que se refere à eficiência do sucesso no ensino. A inclusão escolar representa um grande desafio na área educacional, uma vez visto que as desigualdades existentes na vida em sociedade desafiam esse entendimento dificultando ou impedindo o aprendizado de todos na escola. A pesquisa identificou e analisou os fatores ocasionados pela prática pedagógica, bem como o atendimento aos educados e o papel do professor frente à inclusão de aprendizagem. A metodologia desenvolvida na pesquisa baseou-se no estudo de campo, com utilização da pesquisa bibliográfica, mediante entrevista aberta com a professora regente da sala de recursos multifuncionais da Escola Estadual Coronel José Alves Ribeiro- CEJAR, localizada em Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados da pesquisa demonstram a importância do aprimoramento e capacitação do corpo docente na inclusão das crianças no sistema regular educacional, bem como a relevância da participação do estado, escola e família na inclusão escolar. O professor é responsável pela eficácia do ensino mediante adaptação de teoria a prática.

**Palavras-chaves:** Aprendizagem. Inclusão Escolar. Necessidades Educacionais Especiais. Metodologia Pedagógica.

## Learning of Students With Special Educational Needs in Regular Education System

**Abstract:** The goal of this paper is to deem the access to learning by students with special education needs in the regular education system and identify the main pedagogical practices while analyzing its success efficiency. The school inclusion represents a challenge on the educational field since disparities in society confront the understanding of this inclusion,

---

<sup>1</sup> Artigo científico elaborado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, ofertado pela Faculdade de Direito da UFMS, turma 2015/2016, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério Mayer.

<sup>2</sup> Administradora pela UNIDERP, e-mail: [keilarolao@yahoo.com.br](mailto:keilarolao@yahoo.com.br) .

making it difficult or impossible the process of learning for everyone at school. The research identified and analyzed the factors generated by the pedagogical practices, as well as the assistance to students and the role of the teacher facing the inclusion. The methodology used was based on the field study, with the use of bibliographic research, by using of open interviews with the classroom teacher and the specialized teacher. The results show the importance of specialized teachers on school inclusion in the regular education system, however the pedagogical methodology may be committed with the organizational structure for the success of the learning and teaching.

**Keywords:** Learning. School inclusion. Special education needs. Pedagogical methodology.

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão da inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais no sistema de ensino regular é de grande importância no âmbito escolar, principalmente na época de respeitar as diferenças dos outros cidadãos.

As desigualdades existentes na vida em sociedade, todavia, desafiam esse entendimento. Por razões econômicas, sociais, religiosas, de gênero, de identidade sexual, de cor, de idade, de procedência, além de outras, as pessoas continuam recebendo tratamento desigual, com grupos, denominados vulneráveis, sendo excluídos de todos ou de alguns aspectos da vida em sociedade.

Smiech (2003) salienta a função estruturante que a escola desempenha para criança. Assim, a constatação de necessidades educacionais especiais de um sujeito, em função de uma deficiência mental, nada indica a priori, em relação a sua estruturação subjetiva. Uma deficiência pode colocar alguns obstáculos a esta estruturação, sem que impossibilite o transcurso da mesma.

Sendo assim, o ingresso escolar aos educados com necessidades educativas especiais por mais que seja pelo método revolucionário da inclusão escolar, como consequência da exclusão, exige técnicas de conhecimento pedagógico especializado de ensino e aprendizagem.

“este novo espaço discursivo, esta nova região teórica possibilita a comunicação interdisciplinar e a produção de uma nova ordem do saber, em que uma concepção acerca do sujeito é compartilhada por todas as disciplinas”. (Páez,2001, p. 31)

Neste sentido, a educação especial no Brasil inovou ao incorporar no sistema O Atendimento Educacional Especializado (AEE) sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, serviço da educação especial onde organiza recursos pedagógicos e eliminam barreiras de participação dos alunos através da inserção das salas de Recursos Multifuncionais nas redes de ensino.

A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. [...] I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (Decreto nº 7.611, 2011, Art.2º)

De acordo com as legislações vigentes, a aprendizagem é caracterizada de acordo com as necessidades individuais dos estudantes. Entretanto, superar os obstáculos que seguem é determinante para o sucesso da aprendizagem no sistema de ensino regular.

Entre os obstáculos que influenciam o sucesso da aprendizagem está à especialização do corpo docente e discente em receber e adaptar as teorias a realidade em frente a esse novo publico. Outro aspecto é a crescente inclusão escolar sem ocasionar a exclusão pelo recebimento de tratamento diferenciado.

O portal do ministério da educação traz a seguinte afirmação: “Algumas metodologias para tratar dessa questão propõem a individualização do ensino através de planos específicos de aprendizagem para o aluno. Esta concepção tem como justificativa a diferença entre os alunos e o respeito à diversidade. Porém, como pensar a inclusão se os alunos com dificuldades e, apenas eles, têm um plano específico para aprender? Um plano individualizado, nessa perspectiva, pode ser um reforço à exclusão”.

Cabe ressaltar, ao longo da jornada educacional, obtive uma experiência e a oportunidade incrível de conhecer e tornar-se amiga de um portador de deficiência auditiva. Durante três anos no período do ensino médio, transmitia os conteúdos ministrados em sala de aula pelos professores por falta talvez da capacitação e especialização do corpo docente. Segundo Jerusalinsky e Páez (2001, p.35): “São poucas as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão”.

Neste contexto, o objeto de estudo deste trabalho é a aprendizagem do educado com necessidades educativas especiais inseridas no sistema regular de ensino. Uma vez que diversos fatores influenciam esta aprendizagem. Tais fatores podem ser chamados de métodos de ensino. Sendo assim, os resultados positivos e negativos dos objetivos educacionais podem ser definidos pelas Práticas Pedagógicas.

Desta forma, busca-se caracterizar a prática pedagógica empregada na inclusão escolar, bem como conhecer o atendimento aos educados com necessidade educacional especial e o papel do professor frente à inclusão da aprendizagem. Jerusalinsky (1998) chama atenção para as consequências deste modelo de atendimento, visto que a fragmentação na forma de olhar e se relacionar com uma criança têm consequências no modo como ela irá constituir seu modo de ser. Esta fragmentação pode chegar ao limite de impossibilitar sua constituição como sujeita.

Diante do exposto, a pesquisa deste trabalho justifica-se pelo acesso e qualidade do ensino, que este público representa na escola estudada, no contexto Aquidauana, Mato Grosso do Sul, onde o estudo dos fatores metodológicos de ensino podem determinar empecilho e o que pode avançar dentro de uma perspectiva de desafios que afetam a aprendizagem.

Com o propósito de verificar o fator de ajuda ou impedimento no seu ensino, esta pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as práticas pedagógicas de aprendizagem. Dentre esse método de ensino, é possível elencar alguns fatores: permanência dos alunos na escola, atendimento especializado, estrutura organizacional e sentimento emocional.

Primeiramente, sugere-se para este projeto embasamento bibliográfico que ajudará a manter o foco e a estabelecer critérios para selecionar os dados. Consequentemente, adotar-se-á ida ao campo confrontando o material bibliográfico com a realidade abordada. A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem realmente, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

A pesquisa utilizou outros meios, além da coleta de informações por livros, contou-se com a utilização de publicações de periodicos e artigos correlacionados com o temática, páginas na internet, tais como o Ministério da Educação.

A coleta de dados e as informações apresentadas foram obtidas por meio de informações primárias. A identificação e a análise das práticas pedagógicas empregadas foram feitas diretamente na sala de Recursos Multifuncionais da escola pesquisada.

Todavia, além desta seção este artigo subdivide-se em mais três seções: A primeira delas retrata a trajetória dos educados com necessidades educacionais especiais através da inclusão escolar amparados por leis, artigos e documentos. A segunda seção discute a análise de dados coletados nas salas de Recursos Multifuncionais da escola estudada, bem como a metodologia pedagógica e o papel do professor diante deste público. Finalmente, a terceira seção apresenta as considerações finais do projeto, destacando a figura da família, escola e o professor mediante a inclusão de educados com necessidades educacionais especiais no regime regular de ensino.

## **2. O PODER PÚBLICO NA INCLUSÃO ESCOLAR**

Considera-se a educação é um direito social reconhecido no art.6º da Constituição Federal e está regulamentada nos artigos 205 a 214. A estrutura da escola é de fundamental relevância e importância na qualidade de ensino para todos, buscando atender e acomodar a todos educados. O Sistema Educacional busca a qualidade na aprendizagem de todos os alunos inseridos em sala de aula sem distinção de problemas, tais como: social, financeiro, psicológico, físico e entre outros.

Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; aprendizado ao longo de toda a vida; não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.(DECRETO nº 7611, 2011, Art. 01º)

O ensino não pode ser qualificado apenas pelos conteúdos ministrados em sala de aula, sendo assim a educação inclusiva deve acomodar o educando de acordo com as suas necessidades, de tal maneira fornecerá o aprendizado deste aluno.

As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. A produção e a distribuição de

recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo. (Decreto nº 7.611, 2011, Art.5º)

O Ministério da Educação, considerando a Constituição Federal de 1988, estabelece o direito de todos à educação, e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, regulamentam as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; [...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. (SALAMANCA, 1994, p.01)

Desate, a inclusão promoverá a apoio educacional coletivo formando um fator de relevância na vida escolar dos educados em geral. Todavia, o aluno com necessidades educacionais especiais, deve ser bem avaliado e analisado, bem como respeitando seus limites, possibilitando a real inclusão no sistema de ensino regular.

O termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (DECRETO nº 3.956,2001, Art.1º)

A “inclusão educacional” deve-se ser acompanhada dos resultados dos seus objetivos propostos, através de inserção do educando no regime regular de ensino, ou seja, apontando um ponto forte ou ponto fraco na inclusão deste educando.

"Esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Enfatizando a necessidade de se pensar na heterogeneidade do alunado como uma questão normal do grupo/classe e pôr em marcha um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis

instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos." (SANCHEZ, 2005, p.12).

Contudo, atualmente ainda existem vários profissionais na área de educação sem afinidade com a questão da inclusão de educados com necessidades educativas especiais no sistema básico de ensino. Sendo assim, diversos fatores estão interligados contribuindo por este questionamento: a falta de informação, desqualificação, práticas de ensino, entre outras.

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.(DECRETO N°5626, 2005, Art.3º)

A Portaria nº 2.678/02 do MEC regulamenta diretrizes e normas do ensino, pela difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a divulgação em todo o território nacional.

Desta maneira o profissional da área de educação (professor, orientador, diretor, zelador, merendeira) busca retratar um contexto sócio-educativo. A inclusão de educados com necessidades educacionais especiais almeja a reforma do ensino aprendizagem à frente deste novo cenários educacional.

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;III - zelar pela aprendizagem dos alunos;IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.(LEI 9394, 1996, Art.13º)

A reestruturação acadêmica de todos profissionais da área de educação, abrangerá todas as necessidades pedagógicas das partes envolvidas. Esta transformação pedagógica trouxe uma interação no atendimento educacional especializado, conseqüentemente, buscando

atender da melhor forma possível estes educados através de serviços especializados, materiais pedagógicos adequados entre outros. Todos unidos com um único propósito, à aprendizagem geral dos educados.

Neste sentido o aluno passa a ser sujeito de todo trabalho pedagógico, primando por suas peculiaridades educativas. Abordando desde o conteúdo programático à execução da teoria ministrado em sala de aula pelo professor objetivando a metodologia de acesso de aprendizagem sem fazer o educando ser tratado de modo diferenciado dos demais companheiros inseridos no mesmo ambiente escolar, ou seja, no mesmo momento do ensino e aprendizagem deste educado a não ter separação do tipo de recebimento de conhecimento intelectual fazendo assim a exclusão do restante da turma.

As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.(DECRETO 3956,2001, Art. 01º)

Estabelecer um método de ensino aprendizagem diferenciado ocasionará a perda de oportunidade de ensino em conjunto com os demais alunos. Os professores necessitam serem criativos a formular maneira de aprendizagem onde todos possam se beneficiar por um único método de ensino.

O ensino ofertado pelo (AEE) não pode ser olhado de uma maneira como espaço de reforço escolar ou complementação de atividades escolares, apresenta-se um ensino diferenciado de aprendizagem.

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.(DECRETO Nº186,2008, Art. 09º)

As leis regulamentam o direito de se ingressarem nas redes de ensino e o dever de matricular os alunos com deficiência, nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o

atendimento educacional especializado – AEE através da dupla matrícula consecutivamente o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

### **3. METODOLOGIA DE ENSINO E O PAPEL DO PROFESSOR NA APRENDIZAGEM**

Esta pesquisa referente à aprendizagem de alunos com necessidades educacionais foi realizada na Escola Estadual Coronel José Alves Ribeiro- CEJAR, localizada em Aquidauana interior do Mato Grosso do Sul e contou diretamente pela participação da profissional atuante na área educacional da sala de recursos multifuncionais. O colégio oferta o ensino fundamental e médio, na modalidade regular e educação de jovens e adultos (EJA), distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno, totalizando em torno de 1800 alunos.

A escola atende a uma demanda de diversas classes sociais cuja residência, em sua maioria, localizadas em bairros e vilas da cidade, também apresenta alunos residentes na zona rural e nos municípios próximos.

Aponta Mantoan (2009), sobre a capacidade de compreender e reconhecer o outro, ter o privilégio da convivência e compartilhamento com as diversidades das pessoas. Sendo assim, a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem distinção. Seja o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo de preconceito.

A sala de recursos multifuncionais da escola CEJAR conta com a composição de 20 alunos regularmente matriculados no AEE, distribuídos nos períodos matutino e vespertino.

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (RESOLUÇÃO nº04, 2009, Art.05º)

O atendimento é realizado duas vezes por semana, duas horas aulas, sendo em grupo ou individual. No momento apresenta dois atendimentos individuais sendo eles deficiente visual – DV e o Transtorno do Espectro autista e demais atendimentos são realizados em grupo.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.(SALAMANCA,1994, p.05)

Em 2012, a escola foi completada com a quantia de R\$ 25 mil reais de recursos oriundos do governo federal para atuar em benefícios destes educados com necessidades especiais.

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (DECRETO nº7611,2011, Art.05º)

O Ministério da Educação- MEC oferta a oportunidade às demais escolas, no entanto, é preciso um projeto pedagógico montando de acordo com as necessidades. A gestora administradora em conjunto com a professora analisou e levantou onde deveria realizar as melhorias tais como: barra de apoio no banheiro, rampa de acesso na quadra de esportes e salas de aulas, ar condicionado e demais jogos na sala de recursos multifuncionais.

Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola; Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos; Professor para o exercício da docência do AEE; Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE.(RESOLUÇÃO Nº04,2009, Art.10º)

A Secretaria de Educação- SEC, mediante a coordenação escolar encaminha a orientação aos professores. O modelo de plano do AEE é ofertado pela SEC, e assim dar-se a

todos os alunos regularmente matriculados. As Diretrizes Operacionais da Educação Especial estabelece que o professor deva ter a formação inicial que o habilite a trabalhar com a educação especial, inicial ou continuada.

Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial; Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade[...]Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros. (RESOLUÇÃO Nº04,2009, Art.13º)

Observa-se o empenho da professora ao lidar com os atendimentos como, por exemplo, na área do DV, a ampliação da fonte na impressão do calendário, monitor gigante, placas de trânsito tátil, letras e tabela numérica e relógio com fonte gigante e recursos táteis, Braille e tinta. Também nota-se a cerca do acompanhamento da família é de suma importância para dar continuidade ao aprendizado, como no caso de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) além de apresentar déficit de atenção, hiperatividade também lida com a baixa visão.

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (DECRETO nº7611,2011, Art.02º)

A professora juntamente com a família do aluno compareceu a capital do estado para acompanhar de perto as orientações passadas pelo CAP DV- Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual.

“as adaptações se referem a um contexto - e não me refiro à criança, mas ao particular ponto de encontro que ocorre dentro da aula em que converge a criança, sua história, o professor, sua experiência, a instituição escolar com suas regras, o plano curricular, as regulamentações estaduais, as expectativas dos pais, entre outros, - então não é possível pensar em adaptações gerais para crianças em geral.” (Filidoro,2001 p.112)

A aprendizagem ocorre de diversas formas destaca-se o papel do professor, em desenvolver o ensino respeitando as diferenças e valorizando o potencial de cada educado, por meio de atividades individuais e também em grupo. Neste contexto, analisou o grupo de três alunos onde a divisão da leitura foi respeitando os seus limites, técnica essa aborda pela professora da turma.

Um dos questionamentos sobre a atitude do professor ao verificar junto ao aluno incluso a não apresentação dos rendimentos necessários para o bom aprendizado. Sendo assim, a observação dar-se-iam pela avaliação do atendimento aonde vem ressaltando quais pontos devem ser trabalhando com cada aluno. Consecutivamente, a interação do estudante com as atividades propostas. Percebe a preocupação da educadora frente ao aprendizado de sua turma, participa periodicamente de reuniões de conselho de classe.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Lei nº 9.394,1996, Art.14º)

Entretanto, em conjunto com a professora do sistema regular de ensino observou a queda no rendimento de um aluno com DV por apresentar um número elevado de faltas durante o clima de frio, a educadora buscou o conteúdo repassado naqueles dias e inseriu no programa chamado de cala boca onde transforma o texto em áudio.

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (RESOLUÇÃO nº04,2009,Art.09)

Contudo, a experiência no plano de carreira da professora onde trabalhou oito anos com Pestalozzi, reflete na estratégia de trabalho adotada em estudar e fazer o planejamento de acordo de com as necessidades do aluno.

O poder público deve oferecer suporte ao atendimento do educando com necessidades educativas especiais através da capacitação do corpo docente na área da

inclusão. Consequentemente, professores bem preparados/capacitados, haverá a totalidade de aprendizagem pela do conteúdo ministrado em sala de aula, atendendo a expectativa de ensino.

Segundo Mannoni (1995) Uma criança que apresenta um fator orgânico limitante não tem que fazer face apenas a uma dificuldade inata, mas, fundamentalmente, à maneira como esta dificuldade entra em jogo na relação com as outras pessoas, inicialmente com seus pais e, pouco a pouco, com todo o âmbito social, passando pela escola.

São necessárias as qualificações periódicas do profissional atuante na área de AEE- Atendimento Educacional Especializado. O governo federal em parceria com o Ministério da Educação oferta cursos gratuitos realizados em Campo Grande. No dia 17 de outubro deste ano, três professoras atuantes na rede estadual de ensino do município se deslocaram para a capital do estado com o objetivo de participação no curso da capacitação de ajudar o professor na sala de ensino comum. No entanto, percebe a busca de especialização da educadora visando o aprendizado de seus educando através de suas qualificações pedagógicas.

A abordagem referente à inclusão dos educando com necessidades educacionais especiais em relação aos demais alunos, neste caso observou-se o apoio oferecido pelas crianças é imenso às vezes acaba atrapalhando pelo excesso. Há inteira integração dos alunos educados com necessidades educacionais especiais e os demais alunos durante o horário do intervalo. Os alunos no campo da leitura utilizam os mesmos métodos aplicados, como por exemplo, a tela de apoio de texto ao DV, prosseguindo com a continuidade do ensino. Ressalta-se a colaboração com o próximo constituindo o aprendizado em conjunto.

Vida independente e inclusão na comunidade Os Estados Partes desta Convenção reconhecem o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade, com a mesma liberdade de escolha que as demais pessoas, e tomarão medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo desse direito e sua plena inclusão e participação na comunidade. (RESOLUÇÃO n °04,2009, Art. 19º)

Portanto, a mudança no contexto educacional inclusivos começa com a capacitação do docente promovendo assim o aprendizado de todos os alunos, respeitando seus limites e rompendo barreiras de razões econômicas, sociais, religiosas, de gênero, de identidade sexual, de cor, de idade, de procedência, dentre outras. O papel do professor na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais não deve considerar apenas o potencial de cada aluno, mas também estabelecer o processo de ensino inclusivo. Todavia, a sociedade

deve compreender e acolher as pessoas independente de suas diversidades, atendendo assim a necessidade de seus cidadãos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste artigo, pude concluir sobre o ensino da aprendizagem dos educados com necessidades especiais exigem constante aprimoramento e capacitação de todas as partes envolvidas: estado, escola, família. Sendo, o professor a ferramenta indispensável para transmissão e adequação da teoria na prática, conseqüentemente, obtendo o retorno através da eficácia no ensino da aprendizagem deste aluno. Percebe-se que a inclusão escolar é um processo que determina envolvimento, dedicação e sentimento, aceitando as diversidades de cada um.

A palavra inclusão que tanto é discutida, levantaram-se na sociedade a busca de alcançar a igualdade e justiça perante todos. Através da diversidade as crianças inicia o processo da inclusão, consecutivamente, aceitando e valorizando as diferenças é a primeira etapa na criação de uma escola de qualidade, aonde todos saem ganhando.

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais. (ROSSETO, 2005, p. 42).

O sucesso da aprendizagem de alunos com necessidades educacionais na escola regular consiste no progresso da escolaridade, por meio de práticas pedagógicas, explorar possibilidades atuais do aluno. O processo de ensino não devem restringir as dificuldades e limitações. Somente atinge-se o sucesso quando a escola assume o papel da limitação de cada aluno, resultando assim na maneira de ministrar o ensino, a aprendizagem realizada e avaliada.

Vale salientar as ações do poder público, federal, estadual e municipal mediante leis e resoluções com o objetivo de consolidar a Educação Inclusiva em rede nacional. Nesse sentido, faz-se necessário rever os problemas frente à educação como uma obrigação para que todos possam cumprir.

O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988,Art. 208)

A Política de Educação Inclusiva tem permeado novas ideias no campo da Educação Especial, no que diz respeito à capacitação de profissionais, aperfeiçoando os docentes para trabalhar com este tipo de público, bem como alcançar os objetivos pressupostos pela escola ao educado especial.

Portanto, professores e educadores tem que se adaptar a essa nova diversidade nas salas de aulas, reestruturando posturas e inovando métodos de inclusão mantendo o olhar no ideal do ser humano em sua complexidade de ensino e aprendizagem. O professor não deve se prender as metodologias prontas. Contudo, a inclusão envolve reorganização de todas as pessoas e é um trabalho árduo e desafiador.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Direito à educação - necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial,1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 27/09/2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília. 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_%20docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_%20docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192) Acesso em 28/09/2016

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 26/09/2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) Acesso em 26/09/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm) Acesso em 30/09/2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm) Acesso em 30/09/2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em 26/09/2016.

CANIZA DE PÁEZ, S. M. A integração em processo: da exclusão à inclusão. In: Escritos da criança. n. 06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 2001.

FILIDORO, N.. Adaptações curriculares. In: Escritos da criança. n. 06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 2001.

JERUSALINSKY, A. e CORIAT, L. Aspectos estruturais e instrumentais do desenvolvimento. In: Escritos da criança. n. 04, Porto Alegre: Centro Lydia Coriat, 1996.

JERUSALINSKY, A. Psicanálise e desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

JERUSALISKY, A. & CANIZA DE PÁEZ, S.M. Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento. In: Escritos da criança. n. 06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 2001.

KUPFER, M.C. Duas notas sobre a inclusão escolar. In: Escritos da criança.n. 06, Porto Alegre, centro Lydia Coriat, 2001. MANNONI, M. A criança retardada e sua mãe. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1995.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55